



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM

www.cinform.com.br



Sergipe, 3 a 9 de fevereiro de 2014, Ano XXXI, Edição 1608

O impasse continua

■ Um levantamento realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Rede Básica Oficial do Estado de Sergipe - Sintese - constatou que treze cidades sergipanas já começaram 2014 com uma dívida em aberto junto aos professores das redes municipais de ensino.

São elas: Aquidabã, Arauá, Canhoba, Capela, Cedro de São João, Ilha das Flores, Lagarto, Moita Bonita, Pedrinhas, Propriá, Riachão, Salgado e Simão Dias.

O estudo mostrou que, na maioria dos casos, há atrasos referentes ao rendimento de um ou mais meses, ao retroativo do piso salarial e a benefícios como o 13º salário.

A situação evidencia falhas na aplicação da Lei 11.738, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do Magistério público.

O contexto delicado levou a deputada estadual Ana Lúcia a encaminhar ofícios para as Prefeituras de todos os municípios em que algum tipo de irregularidade foi encontrada, no que diz respeito à política salarial do Magistério.

A deputada também solicitou a intervenção do **Ministério Público** a fim de garantir o restabelecimento do pagamento dos salários atrasados.

Vale ressaltar que os gestores costumam citar a Lei de Responsabilidade Fiscal para justificar o não pagamento do piso - revisado pelo Ministério da Educação em 8,32% para o exercício de 2014.

Argumento considerado incipiente por Ana Lúcia. "O não pagamento do piso por parte das Prefeituras é, na verdade, fruto da fragilidade das políticas fiscal e educacional desses municípios, situação que se repete em várias cidades sergipanas e brasileiras", acredita a deputada.

Por outro lado, os gestores afirmam que precisam de uma contrapartida do Governo para conseguir honrar esse compromisso.

"Nós queremos pagar o piso. Isso já é uma realidade. O que nós estamos fazendo, agora, é buscando alternativas, buscando o diálogo com o sindicato. Queremos, principalmente, ter acesso à complementação repassada pelo Governo Federal para ajudar a pagar o piso", defendeu Fábio Henrique, presidente da Associação da Barra do Cotinguiba e Vale do Japarutuba (Ambarco) e prefeito de Nossa Senhora do Socorro.

Enquanto isso, em cidades como Pedrinhas, por exemplo, os trabalhadores da Educação não receberam o retroativo do piso salarial dos anos de 2012 e 2013, problema que alimenta um sentimento de desvalorização da categoria. ■